



PCP-PEV



Intervenção de João Ferreira

Candidato da CDU à Presidência da Câmara Municipal de Lisboa

Senhoras e senhores jornalistas,
Caros camaradas,
Estimados amigos,
Minhas senhoras e meus senhores,

Completa-se este ano uma década de gestão do Partido Socialista na Câmara Municipal de Lisboa. Destes 10 anos, oito foram de maioria absoluta. Nos últimos quatro, o PS dispôs de maioria absoluta também na Assembleia Municipal.

Antes, PSD e CDS governaram os destinos da cidade durante seis anos.

Os resultados estão à vista.

Dezasseis anos de políticas de urbanismo que deixaram a cidade à mercê do especulador imobiliário. Acentuou-se a segregação social. O solo da cidade foi fonte de negócios e rendas para alguns, poucos, e não – como podia e devia acontecer – uma fonte de riqueza e de usufruto em benefício de todos.

Dezasseis anos ao longo dos quais se alargou o fosso social. Aumentou a desigualdade no acesso à habitação, ao emprego, à mobilidade, aos serviços públicos, à cultura e ao lazer.

As dificuldades no acesso à habitação expulsaram da cidade centenas de milhar de lisboetas, em especial jovens, e impediram novos moradores de escolherem Lisboa como a sua cidade. A habitação municipal tem-se degradado de forma visível e, em certos casos, atentatória da dignidade dos moradores dos bairros municipais.

Degradou-se a actividade económica, com a falência de milhares de pequenas e médias empresas, a agonia do comércio tradicional e a erosão da base económica de desenvolvimento da cidade, descambando na perniciosa dependência da monocultura intensiva do turismo.

O transporte público chegou a uma situação deplorável, especialmente o Metro e a Carris. Depois do actual presidente da Câmara ter admitido que não perspectiva resolver os problemas existentes no prazo de uma década, depois de ter assumido a recusa em reverter os aumentos de preços dos

passes e bilhetes para a generalidade dos utentes feitos pelo anterior governo, reforça-se a convicção dos limites da anunciada solução da municipalização da Carris, que não só não responde aos problemas existentes como põe em causa os objectivos anunciados pela CML e outros de maior alcance como a CDU propõe.

Os problemas do trânsito e do estacionamento acentuaram-se, sendo demonstração do fracasso das políticas levadas a cabo nestes domínios – se as houve.

A qualidade ambiental da cidade – da qualidade do ar ao ruído – mantém-se a níveis muito insatisfatórios.

O desmembramento e esvaziamento de serviços municipais essenciais e o desinvestimento noutros – da higiene urbana aos espaços verdes, passando pelo saneamento e a protecção civil, entre outros – pioraram a qualidade dos serviços, destruíram emprego público e tornaram mais precária a situação dos trabalhadores, não asseguram desejáveis padrões de segurança e de protecção de pessoas e bens, e têm custos substanciais para a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia – veja-se o caso dos contratos de milhões para a gestão dos espaços verdes.

A reforma administrativa confirmou-se como um sério retrocesso para o exercício do poder local na cidade e elemento de empobrecimento democrático, afastando da vida autárquica mais de três centenas de eleitos.

Com a gestão PS, como já antes com a gestão PSD-CDS, por regra, os interesses particulares sobrepuseram-se ao interesse colectivo.

Assim se explica a opção da maioria PS, com o apoio do PSD e do CDS, pela entrega a privados de património emblemático da cidade: do Capitólio ao Pavilhão Carlos Lopes, passando pelos edifícios do Terreiro do Paço, por extensas zonas da frente ribeirinha, por Monsanto e pelos terrenos do aeroporto. Assim se explica também a atitude da Câmara perante processos como o da Colina de Santana.

Mas talvez a mais simbólica negociata que marcou estes dezasseis anos tenha sido a do caso Bragaparques. Digo simbólica pela partilha de responsabilidades que evidencia entre PSD, CDS e PS. PSD e CDS foram responsáveis por um negócio de permuta de terrenos altamente lesivo do interesse público e municipal. Um negócio apoiado na Assembleia Municipal por PS e BE e ao qual só PCP e os Verdes se opuseram. Com o PS, no actual mandato, a Câmara celebrou um acordo com a Bragaparques, a troco da desistência do processo que corria nos tribunais. Um acordo que abriu campo ao recente acórdão do tribunal, que obriga a Câmara a pagar à Bragaparques mais de 138 milhões de euros. 138 milhões de euros. Mais de cinco vezes o que a Câmara gastou, ao longo de todo o último mandato, em intervenções no conjunto dos mais de 70 bairros municipais da cidade. Demonstrativo das opções da actual maioria PS.

Caros camaradas,
Estimados amigos,
Minhas senhoras e meus senhores,

A alternância PS/PSD-CDS não é, nunca foi, algo a que os lisboetas se tenham de resignar.

As próximas eleições autárquicas poderão significar, em Lisboa, o fecho de um ciclo. Dezasseis anos depois, a opção é entre mais do mesmo ou o início dum novo ciclo: de mudança, de desenvolvimento, de progresso. Entre quem não soube ou não quis resolver problemas candentes da cidade ou quem, pela sua intervenção e projecto, demonstra ser sólida garantia de enfrentar esses problemas. Com trabalho, honestidade e competência.

A candidatura da CDU, que tenho a honra de encabeçar, corporiza esta oportunidade.

Não chegámos hoje, nem ontem. Ao longo dos últimos anos, fomos uma oposição crítica, atenta, exigente e construtiva. No que foi bem feito em Lisboa está a mão ou o apoio da CDU. Na advertência para os erros e na sua denúncia elevou-se a voz da CDU. Na procura empenhada de soluções, com as populações e para as populações, lá esteve sempre a CDU.

É sobre o terreno firme, seguro e confiável do trabalho realizado ao longo dos anos que erguemos os alicerces de uma futura governação da cidade.

Permitam-me que aqui enuncie, de forma muito sucinta, alguns desses alicerces:

- Uma cidade onde o interesse público prevalece sobre interesses privados e onde os benefícios do viver social são fruídos de forma a atenuar e eliminar as desigualdades existentes.
- Uma política de habitação que garanta o direito à habitação e ajude a inverter a saída daqueles que aqui nascem e vivem. Encarando o património municipal como uma reserva estratégica que deve ser posta ao serviço desta política. Uma reserva que deve ser preservada e recuperada, e não delapidada como vem acontecendo com a actual maioria.
- A recuperação da vocação produtiva da cidade, devolvendo-lhe a vida para além do turismo; estimulando a diversificação da base económica da cidade, com particular atenção às PME e ao comércio tradicional; estimulando a criação de emprego, na esfera produtiva, nos serviços, na ciência e tecnologia, na investigação e desenvolvimento, na cultura e nas artes.
- Uma aposta na qualidade e na acessibilidade do transporte público, cobrindo toda a extensão da cidade com uma visão integrada dos diferentes modos de transporte à escala metropolitana; a aposta na intermodalidade, na expansão das redes de cobertura e interfaces, desde logo levando o Metro à zona ocidental da cidade, revertendo a degradação da qualidade do serviço prestado pela Carris e pelo Metro, promovendo uma bilhética única, social e integrada com os restantes modos de transporte e seu estacionamento.

- Serviços públicos de qualidade e diversificados, encarados como elementos centrais para o bem-estar e a qualidade de vida na cidade. Serviços de higiene e limpeza, sociais, culturais, de ensino, de lazer, de saúde, de ambiente, de segurança e de protecção civil, entre outros, privilegiando uma lógica de proximidade.

Eis alguns eixos prioritários de um projecto que queremos aberto e em construção. Um projecto que assume por inteiro o rico e vasto património de intervenção autárquica da CDU. Um património de obra, de valores e de estilo de trabalho que faz da CDU, desde há vários anos, a primeira força no plano autárquico na Área Metropolitana de Lisboa. O impulso progressista deste imenso património – no qual se reconhece e para o qual contribui gente de diversas sensibilidades e convicções políticas – anima e inspira o projecto da CDU para Lisboa.

Projecto que tem na ligação às populações e aos trabalhadores – da Câmara Municipal e das empresas municipais – um traço distintivo e uma componente essencial de uma gestão democrática e participada.

A candidatura da CDU, que tenho a honra de encabeçar, apresenta-se nestas eleições pronta a disputar e a assumir todas as responsabilidades, incluindo naturalmente a Presidência da Câmara Municipal.

O tempo, agora, é de, lá, onde sempre estivemos – nas ruas, nos bairros, nas colectividades, no comércio, nas escolas, nos serviços públicos, – ouvir para construir. Conhecer, mobilizar e intervir para transformar.

A isso vamos deitar mãos nos próximos meses. Com toda a confiança!

Obrigado.

Lisboa, 26/01/2017